

O pai suficientemente simbólico?¹

The enough symbolic father?

Laura Dethiville

Sociedade de Psicanálise Freudiana, Paris

E-mail: laura.dethiville@wanadoo.fr

Resumo: Na França, é grande a crítica feita a Winnicott ainda nos dias atuais sobre o fato de não ter estabelecido um lugar suficiente para o pai dentro de seu corpo teórico. Este artigo tenta mostrar que não é bem assim. Pois, se a criança está ligada diretamente à mãe “de tal forma que ela está dentro de sua realidade psíquica”, isto quer dizer, com seu homem “à frente”, a criança também está ligada ao pai por quem ele é – o que o distingue dos outros homens. O que caracteriza Winnicott é a sua insistência de que o pai é percebido desde o início como uma pessoa total, aquele que vai guiar a criança no momento em que ela passar a se perceber como uma unidade, e poder usar o pai como um decalque para a sua própria integração. Enfim, é o papel do pai ao lado da mãe que possibilitará ao filho vivenciar sua destrutividade e, mais tarde, introduzirá a criança à ordem do simbólico.

Palavras-chaves: função paterna; cobertura protetora; holding; handling; continente; triangulação; ambiente indestrutível; destrutividade; tendência à integração; pessoa total; pai real.

Abstract: The criticism of the idea that Winnicott did not established an enough position for the father within his theory has still been existent in France. This article is written as a trial to show that this conception might be different. As the child is directly linked to the mother ‘so that the mother is within the child’s psychic reality’, this means, with the mother’s man “forward her”, the child is also linked to the father for who he is – what distinguish him by other men. What characterizes Winnicott it is his insistence in the fact that the father is thought as a whole person from the start, the one who will guide the child at the moment that he or she starts to realize himself or herself as a unity and thus the father can be used as a tracing for the child own integrity. In other words, it is the role of the father beside the mother that will enable the child to experience his or her destructiveness and later it will introduce the child to the symbolic order.

¹ Tradução do original em francês de Maria Teresa Mendonça de Barros.

Keywords: paternal function; protective covering; holding; handling; continent; triangulation; indestructible environment; destructiveness; tendency towards integration; whole person; real father.

Durante anos, houve na França um verdadeiro terrorismo em torno do “significante do Nome-do-Pai”, que a maioria dos profissionais consultores – incluindo os do meio psicanalítico – confundia com o patronímico. Qualquer criança que não usasse o sobrenome de seu pai era, segundo alguns, ameaçada de psicose! E vimos, nesse sentido, enormes prejuízos causados por intervenções brutais em consultas infantis. A evolução atual da sociedade e da legislação francesa – que é a possibilidade de uma criança ter o nome de um ou outro pai, os divórcios, a homoparentalidade – nos obrigam a repensar essas posições sobre o lugar do pai na estruturação de uma criança.

O pai, quer dizer, o pai edípico, é aquele que vai permitir o acesso ao simbólico, é claro, mas o fato é que ele ainda precisa alcançar esse momento estruturante do humano. É isso que faz a originalidade e a novidade da contribuição de Winnicott: questionar o início da vida psíquica e dar, ao lugar do pai, uma luz diferente.

Essa diferença fez com que, ao ler apressadamente Winnicott, se pensasse que o autor não falava do pai e isso foi uma crítica recorrente endereçada a ele pelos psicanalistas franceses. O erro, deve-se dizer, ainda não está completamente dissipado.

Uma das críticas recorrentes feitas pelos psicanalistas franceses à Winnicott era a de que ele não inseria suficientemente o pai em seu modelo teórico. Frequentemente ouvimos dizer: “Em Winnicott, não há o pai, não há o simbólico”.

J. B. Pontalis, sintetizando esse posicionamento bem francês sem, entretanto, compartilhar dele, diz que, para os franceses, Winnicott é a nutriz, uma “maternalização” universal, e o pai só se destaca por sua ausência, sem traço de libido. Na apreciação de Pontalis, esse tipo de visão é, antes, coisa de freudianos intransigentes. Ainda que se possa admitir essa leitura como possível, opina o psicanalista, já basta criticar um autor pelo que ele diz, não se pode fazê-lo pelo que não disse.

Foi esta confusão que, no apogeu da teoria lacaniana do “significante do Nome-do-Pai”, permitiu o descrédito da obra winnicottiana, sem que houvesse qualquer esforço para verificar com mais cuidado seu conteúdo. Para a maioria dos psicanalistas, é uma situação que ainda perdura: “Winnicott é para os bebês e suas mães, quando se trata de uma história séria, ou seja, a história do homem, do pai, é preciso buscar

compreensão em outro lugar”. Eu resumo dessa maneira o que ainda se escuta atualmente.

Entretanto, a verdade é que, na obra de Winnicott, o pai está sempre presente, mas em filigrana. Está em toda parte, através de inúmeras anotações clínicas, em pequenas frases aqui e acolá. Por exemplo: “A jovem mãe necessita de proteção e informação. Ela precisa do que a medicina pode oferecer de melhor. Também precisa de um marido devotado e de experiências sexuais satisfatórias” (Winnicott, 1957o/2005, p. 121). Convenhamos que isso não é pouco para alguém que é acusado de não falar sobre sexualidade.

Para perceber a importância atribuída ao pai dentro do ambiente da criança, basta ler atentamente as *Consultas terapêuticas*, ou retomar os textos de *Privação e delinquência*, nos quais Winnicott relembra os estragos provocados pela ausência dos pais durante a guerra.

No primeiro, ele nos conta a história de Robert, nascido logo após a morte de seu pai (chamado a servir na guerra). Winnicott viu o menino quando este estava com nove anos. A perturbação ocorreu no início de sua relação com a mãe em função da ausência do pai. Winnicott comenta o seguinte sobre a mãe: “De fato, ela teria sido uma boa mãe se tivesse sido bem apoiada (pelo marido), porque nessa época ela se sentiu perdida e a mercê de tudo” (Winnicott, 1971b/1984, pp. 100-101).

Winnicott afirma que, ao falar da mãe, o pai está o mais das vezes subentendido. Ele fala da mãe em sua realidade psíquica, ou seja, com o seu homem *dans la tête*. Mas quando fala do pai, é supondo que o pai é necessário legitimamente, nele mesmo, e não como um duplo da mãe. O pai é aquele que permite à mulher ser mãe e não apenas agindo como fornecedor de esperma. Isto porque não basta ser o pai biológico para “encarnar” o pai. O primeiro texto que teve “o pai” como tema foi “E o pai?”, escrito em 1945, ou seja, logo após a guerra.

Winnicott era um homem de sua época, contudo foi levado a constatar uma tendência à flexibilização dos papéis tradicionais na sociedade inglesa. Ele não se opõe, mas insiste constantemente sobre o fato de que o filho não precisa de um pai que ocupe o lugar de segunda mãe. É a mãe, diz ele nesse momento, que precisa ser ajudada. Afirma ele: “[...] pode ser que existam alguns pais que realmente dessem melhores mães que suas esposas, mas a verdade é que nem mesmo assim podem ser mães” (Winnicott, 1945i[1944]/1982, p. 128). Isto é útil para aliviar a mãe, por exemplo, quando ela tem muitos filhos, ou quando recomeça a trabalhar. Porém, ele vai permanecer fiel à ideia de

que, quando os pais se tornam mães, há uma interferência em maior ou menor grau em sua função de pai. Fiquemos atentos a este ponto que pode causar confusão, até já causou. Por vezes as mulheres sentem-se traídas, como se Winnicott estivesse dizendo que toda a carga dos cuidados com a criança devesse ser atribuída a elas.

Existe ainda um mal-entendido em torno da dificuldade em compreender a função paterna: não se trata de uma divisão de tarefas, mas de “posições psíquicas” diferentes. E isso não é evidente. Um homem pode estar presente na maternagem de uma criança e posteriormente não ser capaz de encarnar a função paterna simbólica necessária para a criança se construir. Falando sobre um de seus pacientes, ele escreveu: “Poderíamos dizer que ele era tão maternal que ficávamos nos perguntando como faria quando se tornasse necessário como homem e como um pai de verdade” (Winnicott, 1996c[1966]/1997, p. 186).

Assim, no texto de 1945, “E o pai?”, que à primeira vista pode parecer um pouco ultrapassado, Winnicott descreve uma sociedade característica de seu tempo: o pai vai trabalhar de manhã, a mãe permanece em casa. Reencontramos em termos simples, e que às vezes parecem um pouco ingênuos, todo o questionamento sobre o pai, a função paterna, o significado do Nome-do-pai (que não tem nada a ver, é bom lembrar, com o sobrenome paterno).

Freud teve a intuição do mecanismo quando ele evoca, em “O ego e o id”, a identificação primária, essa famosa identificação primária, identificação com o “pai da pré-história pessoal” pelo qual ele designa de fato os “pais” reunidos pela criança numa inclusão recíproca (cf. Freud, 1923/1976, p. 45).

O pai, nos períodos iniciais, é a “capa protetora” que permite à mãe permanecer, durante o tempo que lhe for necessário, num estado de “loucura sadia”, escreve Winnicott, espécie de hipersensibilidade que a mãe experiencia em relação às necessidades de seu recém-nascido, estado que ele denomina de “preocupação materna primária” (Winnicott, 1958n[1956]/2000, p. 399). Trata-se de um estado de espírito especial – algo que é preciso respeitar e proteger –, que permite à mãe, graças à sua identificação com o seu bebê, fornecer, no momento devido, aquilo que é necessário. É uma espécie de “disposição”² psíquica que lhe permite estar “quase inteiramente” adaptada.

² Segundo a bela expressão de François Roustang.

Essa disposição particular em que a mãe se instala não depende apenas da sua própria saúde mental; também depende do ambiente poder propiciar-lhe condições de viver de forma protegida. E este é um dos papéis essenciais do pai: permitir à mãe tornar-se introvertida e egocêntrica por algum tempo.

Assim, o papel do pai nos primeiros tempos é o de proteger a mãe e o bebê “de tudo o que pretenda interferir no vínculo entre ambos, que é a essência e a própria natureza do cuidado materno” (Winnicott, 1957n[1949]/1982, p. 18). Ele assegura a “capa protetora” que permite à mãe fornecer o “*holding*” à criança, enquanto que ele, como pai, ficaria com o “*handling*” pelos cuidados que dedica ao filho.

Assim, enquanto a integração não finaliza, pode-se dizer que o pai constitui o círculo que envolve a mãe e a criança, e as protege. A sociedade organiza-se de tal modo que permite que isso aconteça. A imagem que pode ilustrar essa situação é que a mãe contém a criança e o pai contém a situação total.

Não poderíamos dizer que se trata, nesse momento da vida do pequeno ser humano, de uma “função paterna”, mas da colocação de um “continente”, de “algo que contém”, para que a relação mãe-bebê possa constituir-se como um ambiente confiável e necessário para a instauração do *verdadeiro si-mesmo* na criança. Durante esse período, se o pai precisar ser maternal, deve ser com relação à mãe, à sua esposa.

Em inúmeras sociedades, são as mulheres mais próximas que asseguram o apoio para a mãe, enquanto o pai se mantém à distância, e cuidam para que a jovem mãe possa estar novamente disponível para seu papel de amante.

E, no entanto, existe na relação mãe-bebê alguma coisa muito complicada, um misto de amor e ódio, a ponto de ser necessário um terceiro para “descanibalizar” toda a situação de modo que não aconteça psicologicamente essa fantasia do retorno a uma unidade [dois-em-um], em que a mãe guarda seu filho dentro de si.

Quando ocorrem casos graves de depressão pós-parto, ou mesmo de psicose puerperal, se não existe uma ajuda proveniente de outras mulheres da família (mãe da mãe ou do pai, irmã etc.), o pai precisa assumir, por certo tempo, essa função de substituto materno e não mais de proteção da dupla mãe-bebê. A clínica nos ensina que as consequências desse tipo de situação não são simples de serem analisadas. O menino poderá desenvolver uma fixação pelo pai, que aparecerá mais tarde sob a forma de uma posição homossexual passiva inconsciente.

Esse tipo de situação também ocorre quando a mãe foi impedida de exercer seu papel em função de seu estado de saúde no nascimento do bebê. Não se trata aqui nem de depressão, nem de psicose, mas de um entrave real, por exemplo, quando ocorre uma complicação no parto ou outro problema qualquer de saúde. Um impedimento dentro desse primeiro estágio frequentemente leva a criança a construir um falso si-mesmo precoce e não é raro assistir posteriormente a colapsos brutais em indivíduos brilhantes.

É evidente que tais circunstâncias pressupõem que o pai se mantenha em um certo lugar. Ele instaura a triangulação e, ao mesmo tempo, vai se encaixar dentro dela sem se sentir excluído. Além disso, é bom o pai ter claro que eventualmente pode sentir ciúme da criança que vem desalojá-lo de seu lugar de criança imaginária. A inveja também pode ser do lugar da mãe, que, no fundo, ele gostaria de ocupar. Esse é um caso bem frequente e cuja importância é normalmente subestimada. Essa é uma das razões que levam um homem a se opor à amamentação no peito, mesmo quando a justificativa é a de temer a perda do seio como objeto sexual.

Basta lembrar que, não muito tempo atrás, ainda persistia a crença de que as relações sexuais poderiam “estragar o leite”! Dessa forma, a jovem mãe que amamentava estava proibida de ter relações sexuais e isso a levava muitas vezes a procurar uma ama de leite. Podemos até imaginar que era uma das principais razões inconscientes a justificar o abandono da amamentação no seio até algumas décadas atrás. Outra razão, também inconsciente, é, a meu ver, a de existirem fantasias inconscientes de maternidade em jovens pais que desejavam ser “mães” tão boas quanto suas esposas para seus filhos.

Um de meus pacientes acabou de ser pai. Ele foi capaz de assegurar, à criança e à sua jovem mulher, um amor carinhoso, sendo uma bolha que protege a bolha. Tudo parecia ir “da melhor forma no melhor dos mundos” e cada um parecia estar no lugar certo. O próprio bebê cooperava: não chorava quase nada e logo passou a dormir a noite toda.

Um dia, meu paciente, com quem eu trabalhava face a face, chegou exausto: “É verdade, pergunta ele de repente, que o leite de uma mãe pode ser insuficiente e que se tenha que complementar com uma mamadeira?”. Peço que ele fale um pouco mais: ele não havia dormido na noite anterior, pois o bebê chorou muito e a jovem mamãe parece ter tido seu leite diminuído, pois “ela havia esquecido de beber água suficiente durante o dia”.

Eu diria que esse bebê, que nasceu grande e vigoroso, chorou porque tinha fome. Falei ao meu paciente o que pensava e sugeri que talvez ele pudesse dar uma mamadeira extra, mas seria melhor falar com o pediatra. Então eu vi em seus olhos um brilho de cobiça: “Então, eu poderia dar a mamadeira?”.

Não era apenas o desejo de “maternar” seu filho, mas também o desejo louco de tomar o lugar da mãe, que esta fosse declarada insuficiente (pois não tinha leite o bastante) para que ele pudesse se apropriar de parte do seu poder. De fato, a ideia de uma mamadeira adicional fora rejeitada pela mãe que se apegava à particularidade de ser a única que podia amamentar, no que era insubstituível.

Era uma jovem mulher que investia muito em uma carreira muito exigente e que passou sua licença maternidade sabendo que teria de voltar a um ritmo de trabalho muito intenso. De modo inconsciente, ela sentia-se ameaçada por seu marido, cuja identificação maternal (com sua própria mãe) manifestava-se de modo especialmente forte. Após nosso trabalho sobre esse tema, os dois puderam se posicionar de forma diferente e, graças à orientação do pediatra, esse bebê recebeu uma mamadeira adicional dada por um dos pais e com isso parou de chorar à noite.

Esse mesmo paciente chegou um dia na sessão alardeando a constatação: “O pai não tem um lugar significativo neste período. Tentei isso muitas vezes. O bebê comporta-se da mesma maneira com todos, menos com a mãe!”. Podemos imaginar sua frustração.

Isso é verdade logo no início, mas gradativamente a criança sai do estado de dependência absoluta e começa a se relacionar com pessoas inteiras e separadas. Lembremos que já no período inicial o lugar do pai é essencial. Rapidamente, a criança reconhece sua voz e o identifica em meio aos outros, alguém privilegiado. Mas, no começo, não é senão uma pessoa privilegiada, sem nenhum outro papel. A criança, nesse momento, estando misturada com a mãe ambiente, o lugar do pai na realidade psíquica da mãe será decisivo, embora de maneira sutil.

Winnicott enfatiza a importância da relação existente entre as figuras parentais, o que dá uma certa tonalidade ao que ele denomina “ambiente”, sendo a mãe aquela que está “com seu homem na cabeça”. O pai, escreve ele: *“helps the mother to feel happy in her body and happy in her mind”*.³

³ “ajuda a mãe a sentir-se bem em seu corpo e feliz em seu espírito” (Winnicott, 1945[1944]/1982, p. 129).

Dar lugar ao pai é muito difícil para a mãe, não sendo nada evidente. É preciso que ela aceite que o pai possa “castrá-la” de seu filho, pelo menos em algum tipo de relação. É preciso que ela aceite a “lei” do pai. Dizia-se na França que era preciso “que o pai fizesse a lei para a mãe”, o que fazia as feministas urrarem. Na verdade, tudo é muito mais sutil e as novas formas de parentalidade mostram bem que nada é simples nesse campo.

Uma coisa que Winnicott sempre insistiu é na necessidade de um “ambiente indestrutível” – expressão em que a palavra “indestrutível” significa que sobrevive ao ódio e à agressividade do próprio bebê. O mais importante é que o ambiente não seja destruído. É a sobrevivência desse ambiente que permite à criança sentir-se segura para poder passar da *relação* com o objeto para o *uso* do mesmo.

Além disso, o apoio do pai não serve apenas para que a mãe possa cumprir seu próprio papel, mas também permite que a criança vivencie sua destrutividade, uma vez que não é perigoso mostrar-se destrutiva se existe algo de indestrutível a atacar.

Uma das minhas jovens pacientes separou-se do pai de seu filho quando a criança estava com 18 meses, antes de começarmos um trabalho juntas. Ela não manifesta nenhum arrependimento de ter tomado tal decisão. Ela tem uma relação boa com seu ex-marido, e seu filho, agora com quatro anos, vive uma semana com cada um, de um modo geral, pois ambos os pais têm profissões que os obrigam a ausências frequentes. Entretanto, quando isto ocorre, eles mostram boa vontade e flexibilidade.

Às vezes, para ela, é difícil estar sozinha com a criança, mas não se vê de modo algum voltando a viver com seu antigo companheiro que ela abandonou por ser irresponsável. Foi justamente o nascimento da criança que a fez ter consciência disso.

Num começo de semana, ela chegou à sessão cheia de espanto e de questionamentos. No fim de semana fora com seu filho a um grande encontro de apoio ao país de origem de seu ex-marido. É claro que ele também estava presente e passaram o dia juntos com o filho. Ela disse ter ficado confusa por se sentir melhor e mais forte em sua posição de mãe. É lógico que estava contente ao ver o prazer de seu filho ao ter seus pais juntos. Mas era dela que falava, da tranquilidade e sossego que voltara a sentir. Não se tratava de saudades daquele homem – ela tem certeza disso. Era a presença, ao seu lado, do pai de seu filho que lhe permitiu sentir-se forte e tranquila, pois alguém assumia o papel de continente. “É engraçado, eu me sentia muito melhor e muito mais forte; não entendo, mas sou obrigada a reconhecer”, diz ela perplexa.

Trata-se de uma jovem extremamente feminista, educada por uma mãe feminista, que pertenceu ao movimento de maio de 1968. Nunca lhe ocorrera que a presença de um pai poderia ser importante para a mãe. Pois esse pai seria um terceiro entre a mãe e o filho. Ele está lá para proteger a mãe do excesso de amor ou de ódio, tornando-se assim o destinatário daquela zanga, aliviando-lhe a carga de angústia. É menos destrutivo chocar-se com o pai do que com a mãe, pois esta preserva, para sempre, alguma coisa do objeto subjetivo que foi para o bebê. Atacar a mãe é atacar a si próprio e, em tal momento, é uma sorte ter um pai para servir de receptáculo a esse ódio negado.

Em “Ilustração clínica de ‘O uso de um objeto’”, Winnicott cita o caso de um paciente adulto que teve uma reação ao ambiente constituído por um modelo inadequado de pai fraco e mãe forte. Assim, ele precisou controlar seus impulsos precocemente “antes de estar preparado para fazê-lo com base em uma figura paterna introjetada” (Winnicott, 1989vt[1968]/1994, p. 184) senão ficaria inibido – e, segundo Winnicott, a inibição maciça atinge necessariamente o gesto criativo. “Ele ficou inibido, não-agressivo e não-criativo” (1989vt[1968]/1994, p. 184).

Este é um dos pontos principais da obra de Winnicott – a ligação feita por ele entre a destrutividade e a possibilidade de viver de forma criativa. O que ele entende por destrutividade é, de fato, a espontaneidade do *impulso*, o “movimento em direção a”, que não é de modo algum destrutivo no início, mas que será registrado como tal na psique da criança, dependendo da reação do ambiente.

Se o objeto não sobreviver, o gesto espontâneo da criança terá um cunho destrutivo. E se não houver um terceiro, um pai para proteger a mãe (do ponto de vista da criança) ou para consertar as coisas, a criança não pode se arriscar nesse movimento.

Essa importância do terceiro torna-se cada vez maior à medida que a tendência hereditária à integração impulsiona a criança a seguir em frente. É através da pessoa do pai que ela aprende sobre outro ser humano diferente dela e dos demais, pois o pai será vivido de imediato como uma pessoa total, enquanto a mãe será percebida inicialmente como um conjunto de objetos parciais, um conglomerado desses objetos. No momento em que a criança percebe-se como uma unidade, ela vai usar a figura do pai como um modelo para a sua própria integração.

Winnicott afirmava que as crianças tinham sorte quando conseguiam conhecer o pai, mesmo que tenham que recorrer à sua lembrança diante de sua ausência. Em seu texto “E o pai?”, Winnicott destaca que, mesmo que o pai não esteja lá o tempo todo,

ele deve aparecer o suficiente para que a criança possa experimentar o sentimento de que ele é real e bem vivo. Assim, ele insiste sobre a importância do pai *real*.

Na França, por muito tempo, insistiu-se apenas na existência do pai *simbólico*, trazido pelo discurso da mãe. Era a época áurea do “significado do Nome-do-Pai”. Vejamos algumas citações de Lacan: “(...) O pai não é um objeto real, mesmo que tenha de intervir como objeto real [...] o pai é uma metáfora [...] um significante que surge no lugar de outro significante” (Lacan, 1958/1999, p.180). Joël Dor, por sua vez, escreve: “O significado do pai simbólico é o significado fálico, uma vez que ele simboliza o objeto da falta desejado pela mãe” (Dor, 1991, pp. 52-53).

Segundo essa lógica, que o pai esteja presente ou não, é, no fundo, uma contingência. O que conta é “sua inscrição no psiquismo da mãe”, é a “dimensão simbólica”.

Ora, não importa o que se diga, não é a mesma coisa o pai estar lá ou não estar, seja ele um “tipinho” ou um herói. O que muda muita coisa é o pai ser “são ou insano, ter a personalidade livre ou rígida” (Winnicott, 1989xa[1969]/1994, p. 188) ou se ele morre antes que seu filho tenha se tornado uma pessoa integrada.

A presença de um pai real permite à criança constituir-se através dos jogos das múltiplas identificações que se sucedem ao longo da vida de um ser humano, identificações e mecanismos de projeção e de introjeção que permitirão constituir uma personalidade.

Pegemos um dos exemplos dados por Winnicott:

Conheci uma menina cujo pai morreu antes de ela nascer. A tragédia, neste caso, residia no fato de ela possuir unicamente um pai idealizado em que basear sua concepção de homem. Não tinha a experiência de ser gentilmente posta no berço por um pai real. (Winnicott, 1945i[1944]/1982, p. 132)

Se o pai estivesse vivo durante sua infância, a menina teria tido a chance de descobrir seus limites e poderia ter a experiência do pai, “sobreviver ao ódio que lhe votaria sempre que o pai a desapontasse” (Winnicott, 1945i[1944]/1982, p. 132).

Em outro exemplo sobre a constituição dos si-mesmos masculino e feminino de uma jovem adolescente, Winnicott relata que “havia um pai que, a princípio, dificilmente se achava presente e que, quando retornava à casa, quando ela era uma meninazinha, não queria o *self* feminino da filha e nada tinha a dar a título de estímulo

masculino” (Winnicott, 1974/1994, p. 75). Nesse caso, havia de fato um pai real, um homem simples e preso em sua problemática de ser humano, no que diz respeito à sua sexualidade. Mas é desse real que sua filha poderá, talvez um dia e graças a um trabalho analítico, apoiar-se em uma posição pessoal.

Winnicott insiste no fato de que é muito mais fácil para as crianças se elas contam com as duas figuras parentais:

um dos pais pode ser encarado como a permanência do amor, enquanto o outro é detestado, e isto constitui, em si, uma influência estabilizadora. [...] A criança está constantemente predisposta a odiar alguém e se o pai não estiver presente para servir-lhe de alvo, ela detestará a mãe e isso confundi-la-á, visto ser a mãe que a criança mais fundamentalmente ama. (Winnicott, 1945[1944]/1982, pp. 129-130)

Em todo caso, é menos destruturante chocar-se com o pai do que com a mãe. As patologias adolescentes atuais são uma ilustração disto, pois, dentro do longo trabalho de integração, o apoio que o pai dá à mãe permite à criança cumprir esta tarefa tão complexa: integrar seus impulsos destrutivos a seus impulsos amorosos.

Fizemos aqui um percurso das funções que Winnicott atribui ao pai. Elas são numerosas e com frequência parecem ser contraditórias se nos esquecermos de que tais funções intervêm no processo em diferentes estágios da evolução infantil. Não é fácil passar por todos esses papéis.

Então, o pai, suficientemente simbólico? Como a mãe suficientemente boa? Ou seja, não excessivo, apenas o necessário?

Para finalizar com um toque de humor: o Museu do Homem em Paris organizou, em 2006, uma exposição dedicada às “mil e uma maneiras de nascer”. Aprendemos, dentre outras formas, que na Normandia, durante o século XIX, o pai agitava o seu gorro de dormir entre as coxas de sua mulher para que o cheiro paterno incitasse a criança a nascer.

Referências

Dor, J. (1991). O pai real, o pai imaginário e o pai simbólico. In J. Dor, *O pai e sua função em psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Freud, S. (1976). O ego e o id. In S. Freud, *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 19). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1923)

Lacan, J. (1999). A metáfora paterna. In J. Lacan, *Seminário 5: As formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1958)

Winnicott, D. W. (1982). E o pai?. In D. Winnicott (1982/1964a), *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC. (Trabalho original publicado em 1945i[1944])

Winnicott, D. W. (1982). Um homem encara a maternidade. In D. Winnicott (1982/1964a), *A criança e seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC. (Trabalho original publicado em 1957n[1949])

Winnicott, D. W. (1984). *Consultas terapêuticas*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1971b)

Winnicott, D. W. (1994). Ilustração clínica de “O uso de um objeto”. In D. Winnicott (1994/1989a), *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1989vt[1968])

Winnicott, D. W. (1994). O medo do colapso. In D. Winnicott (1994/1989a), *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1974)

Winnicott, D. W. (1994). O uso de um objeto no contexto de Moisés e o monoteísmo. In D. Winnicott (1994/1989a), *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1989xa[1969])

Winnicott, D. W. (1997). Autismo. In D. Winnicott (1997/1996a), *Pensando sobre crianças*. Porto Alegre: Artmed. (Trabalho original publicado em 1996c[1966])

Winnicott, D. W. (2000). A preocupação materna primária. In D. Winnicott (2000/1958a), *Textos selecionados: da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1958n[1956])

Winnicott, D. W. (2005). A contribuição da mãe para a sociedade. In D. Winnicott (2005/1986b), *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1957o)